

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

ARTHUR BRITTA SCANDELARI

**MODO INDICATIVO II E FOCALIZAÇÃO DE
CONSTITUINTES ADVERBIAIS EM LÍNGUAS TUPÍ-GUARANÍ**

Brasília – DF

2020

ARTHUR BRITTA SCANDELARI

**MODO INDICATIVO II E FOCALIZAÇÃO DE CONSTITUINTES ADVERBIAIS
EM LÍNGUAS TUPÍ-GUARANÍ**

Monografia apresentada ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura.

Professor Orientador: Dr. Dionei Moreira Gomes

Brasília – DF

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dioneu Moreira Gomes, que trabalha efetivamente em prol da sociedade e acredita que todos são capazes de aprender. Sem seus ensinamentos e sua orientação, este trabalho não existiria.

RESUMO

A monografia examina as implicações formais e funcionais da anteposição de sintagmas específicos, geralmente adverbiais, para a posição pré-verbal em línguas da família tupí-guaraní. São descritas as alterações geradas no verbo, que recebe prefixo e sufixo característicos, bem como as possíveis motivações para essa construção, que representa assimetria nessas línguas. As descrições e as análises abrangem posicionamentos de diferentes autoras e autores, contribuindo para revisão bibliográfica crítica do assunto, e revelam a dificuldade de classificar a estrutura. Com base nesse levantamento, propomos análise pragmático-discursiva da construção, cujas particularidades expõem usos voltados à focalização contrastiva. Nosso objetivo é ampliar a divulgação da estrutura, mais conhecida como “modo indicativo II”, e aprofundar o debate para além da topicalização, com a hipótese de foco de contraste, tendo em mente que estratégias formais para focalizar constituintes adverbiais são pouco difundidas.

Palavras-chave: Família tupí-guaraní. Modo indicativo II. Topicalização. Foco de contraste.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	2
2	DESCRIÇÕES E TERMINOLOGIAS	5
3	TÓPICO <i>VERSUS</i> FOCO DE CONTRASTE	15
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
	ABREVIATURAS	27
	REFERÊNCIAS	28

Em 1a, o verbo *só* ‘ir’ aparece em sua forma regular, chamada de indicativo I, flexionado na primeira pessoa do singular (*a-*). Em 1b, o mesmo verbo é usado após o adverbial *koromõ* ‘logo’, o que altera a forma verbal: muda-se o prefixo⁴, marcado no exemplo pelo morfema zero (\emptyset -), e adiciona-se um sufixo (*-w*), considerado a própria marca do modo indicativo II. Fato semelhante ocorre no Araweté, com a segunda pessoa, embora sem inclusão do sufixo:

(2a) Ar	ere-kary	ky	ne
	2SG-comer	ky	você
	‘Você comeu.’		

(Vieira; Leite, 1998: 22)

(2b) Ar	kaaryme	ky	ne-kary
	ontem	ky	2SG-comer
	‘Ontem, você comeu.’		

(Vieira; Leite, 1998: 22)

Em 2a, o verbo *kary* ‘comer’ aparece na margem esquerda da sentença, flexionado com prefixo de segunda pessoa do singular (*ere-*). Em 2b, por sua vez, ocorre o adverbial *kaaryme* ‘ontem’ anteposto ao verbo, tendo o prefixo original *ere-* sido substituído pelo prefixo *ne-*, também indicador de sujeito de segunda pessoa.⁵ Nos próximos dados, vemos exemplos com a terceira pessoa:

(3a) Tb	o-só
	3SUJ-ir IND.I
	‘Ele foi/Eles foram.’

(Rodrigues, 1952: 54)

(3b) Tb	kûesé	i-xó-û
	ontem	REL.N-ir-IND.II
	‘Ontem ele foi.’	

(Rodrigues, 1952: 57)

O fenômeno se repete no Tupinambá. Em 3a, o verbo *só* ‘ir’ está flexionado com marca de sujeito de terceira pessoa (*o-*). Em 3b, o adverbial *kûesé* ‘ontem’ ocorre em posição pré-

⁴ A análise desse prefixo varia na literatura. Alguns autores o interpretam como “prefixo relacional”, o qual registra, dentro do mesmo sintagma, a contiguidade ou a não contiguidade de um termo dependente em relação a um termo nuclear. Outros o veem como prefixo de pessoa, que pode marcar, no verbo, a pessoa do sujeito ou do objeto, a depender da língua e do contexto de uso. Por sua vez, Payne (1994: 319) e Jensen (1999: 146) o chamam de “linker” e “linking”, respectivamente.

⁵ Entre os pronomes pessoais do Araweté, Solano (2009: 149) registra a forma *ne* ‘segunda pessoa’ indicativa de que “apenas a segunda pessoa é focal”.

verbal, o que provoca mudanças no verbo, que passa a receber o prefixo relacional *i-* e o sufixo *-û (-w)* ‘indicativo II’.

Considerando outras línguas tupí-guaraní (tronco tupí), as formas mais comuns que identificamos do sufixo são *-i* e *-u (-w)*, porém há outras formas, como *-ri ~ -ni* (Guajá) e *-n* (Guajajára).⁶ Segundo Gabas Júnior (1999), a língua Karo, da família ramaráma (tronco tupí), também apresenta um sufixo que ele denomina modo indicativo II, que seria manifestado por *-p ~ -ap ~ -m*, mesmas marcas da nominalização nessa língua.

Apesar de as línguas demonstrarem variações referentes não só ao sufixo, mas também à pessoa marcada no verbo e às classes de palavras que acionam essa estrutura, atualmente a maioria delas revela algumas características em comum: verbos ativos com sujeito de terceira pessoa que forem precedidos por sintagmas adverbiais sofrem alterações morfológicas. Em consequência, o modo indicativo II costuma ser usado pelos pesquisadores como teste para identificar o *status* adverbial dos constituintes.

Essa marcação diferenciada tem sido tratada como “modo” desde Rodrigues (1952) e, conforme será discutido, tal nomenclatura pode ter surgido por influência de Anchieta (1874 [1595]) e se consolidado pela amplitude dos trabalhos de Rodrigues. Mais recentemente, Praça, Magalhães e Cruz (2017) passaram a discordar da noção de modo para classificar o fenômeno e alteram suas análises para a proposta de nominalização.

A intenção desta monografia, em suma, é retomar a divulgação do chamado modo indicativo II para estudiosos de outras famílias linguísticas, esperando aprofundar o debate sobre o tema, e apresentar nossa hipótese sobre o assunto. Para tanto, dividimos o texto em quatro seções principais: além da introdução, apresentamos, na seção 2, características gerais da família tupí-guaraní e fazemos breve revisão bibliográfica sobre o indicativo II e suas

⁶ Forline e Magalhães (2016, p. 37-38) formulam hipótese de que a forma do sufixo no Guajá e no Guajajára pode ter sofrido influência da Língua Geral Amazônica (LGA). De acordo com os autores, o Guajá é a única língua do subgrupo VIII, da família tupí-guaraní, que mantém o sufixo.

terminologias; na seção 3, expomos nossa visão do fenômeno, voltada a uma análise pragmático-discursiva, nomeadamente de foco de contraste; na seção 4, concluímos com as considerações finais da monografia, seguidas das abreviaturas utilizadas; por fim, fornecemos as referências bibliográficas.

2 DESCRIÇÕES E TERMINOLOGIAS

Em geral, os tupinólogos se referem à construção analisada pelo nome “modo indicativo II”. Ao longo do tempo, no entanto, como reflexo da dificuldade de compreender o fenômeno, outras terminologias têm sido empregadas para descrevê-lo, a exemplo de: “regra do advérbio”, “terceira pessoa relativa”, “modo onomástico”, “conjugação subordinada”, “sentença invertida”, “forma de enfoque”, “modo circunstancial”, “oblíquo topicalizado”, “nominalização”, entre outros.

Nesta seção, esboçamos a visão geral de alguns autores sobre o tema e fazemos comentários sucintos a respeito de cada uma dessas terminologias. Antes, porém, fornecemos informações sobre a família tupí-guaraní.

2.1 *Família tupí-guaraní: características gerais e ramos*

A família tupí-guaraní, do tronco linguístico tupí, abrange cerca de trinta línguas espalhadas geograficamente pela América do Sul, mas faladas sobretudo na região amazônica (Rodrigues, 2018 [1999]).⁷ Segundo proposta de Rodrigues e Cabral (2002), essa família estaria subdividida em oito ramos, dos quais apenas o ramo II não foi contemplado nesta monografia.⁸

⁷ Em relação ao número de línguas da família, Jensen (1999: 128) afirma: “Over forty languages or dialects have been identified as members of the Tupí-Guaraní subgroup”.

⁸ A classificação interna da família tupí-guaraní continua a ser debatida pelos estudiosos da área, entre os quais mencionamos Mello (2002), Dietrich (2010) e Michael (2015).

Entre as dezenas de línguas, destacamos o Tupinambá, pertencente ao ramo III, pela vasta área de influência alcançada e pela antiguidade dos registros que chegaram até nós. O Tupinambá, ou Tupí Antigo, era falado pelos povos indígenas do litoral brasileiro e foi sendo interiorizado ao longo do tempo, chegando até a Amazônia, mas está extinto desde o século XVIII, sobretudo devido ao extermínio desses povos (Rodrigues, 1986; Dietrich, 2010). Nos dias de hoje, a população indígena tupí-guaraní conta com 120.978 pessoas (IBGE, 2020), muitas das quais não falam a língua de seus antepassados.

2.2 Modo indicativo II, modo circunstancial, oblíquo topicalizado ou nominalização?

Em decorrência da dificuldade de classificar o que ficou conhecido como indicativo II, tal construção tem recebido diferentes nomes pelos pesquisadores. Na metade do século XX, foi chamada de modo indicativo II ou indicativo onomático, passou a ser entendida por alguns estudiosos como modo circunstancial, foi interpretada como oblíquo topicalizado e, mais recentemente, é vista também como nominalização. A terminologia mais adotada, no entanto, continua a ser indicativo II. Apresentamos a seguir revisão bibliográfica sucinta dessas interpretações, baseada em diferentes línguas da família tupí-guaraní.⁹

2.2.1 Regra do advérbio

No século XVI, logo após o início da colonização europeia na América do Sul, o padre espanhol José de Anchieta escreveu a primeira gramática do Tupinambá, publicada em 1595. Nela chamou a anteposição de um advérbio à posição pré-verbal, com a consequente modificação morfológica do verbo, de “regra do advérbio”:

⁹ Guaraní Antigo (I), Tupinambá (III), Apyãwa (Tapirapé) (IV), Asuriní do Tocantins (Trocará) (IV), Guajajara (IV), Araweté (V), Asuriní do Xingu (V), Kayabí (VI), Kamaiurá (VII), Guajá (VIII), Wayampí (VIII).

Da Regra do Adverbio.

[...]

Mas tendo adverbio, preposição [posposição], gerundio¹⁰, supino, ou alguma oração antes, á que ha de responder outra, se usa d'elle fazendo no principio dos verbos sobreditos de *ç, r, nò, ìx, i, yò* as mudanças de letras declaradas; porque n'este **modo de fallar** sempre se perde o artigo, e no cabo dos verbos, de qualquer sorte que sejam, acabados em vogal com accento na ultima, additur *u*, vel [ou] *o*, e nos acabados em consoante *i*, ut [como] *açô*, eu vou, **coromôxeçóu**, logo vou, *ore, yande, Pedro çóu, yxóu; acanhêm, coromôxecanhémi, ore, yande, Pedro; ajucâ, coromôxendejucáu ['logo eu te mato'], **corí Pedro orejucáo** ['hoje Pedro nos mata'], *coríyjucáo; acepiác, coromôcepiáci, xerepiáci*, etc. (Anchieta, 1874 [1595]: 55, grifo nosso)*

Apesar da nomenclatura adotada, Anchieta (1874 [1595]) não restringiu o fenômeno apenas ao deslocamento dos advérbios, tendo incluído entre eles as posposições e as orações subordinadas. Nesse primeiro registro, destacamos o termo “modo de fallar” para descrever o fenômeno.

Ainda no período colonial, foi publicada outra gramática, de autoria do padre português Luis Figueira, a respeito de um dialeto setentrional dos povos Tupinambá (Rodrigues, 2001). Nessa obra, ao tratar da formação dos verbos, Figueira (1687) apresenta o fenômeno a partir da ideia de “terceira pessoa relativa” e assim o explica:

Todas as terceiras pessoas de qualquer verbo, quando antes dellas fica algum adverbio, ou preposição [posposição], ou gerundio; ou se relatamos a cousa, de que já fallamos pertencendo ao tal verbo (sendo neutro, como nominativo; & sendo activo, como accusativo) nos taes casos **as terceiras pessoas se formão doutro modo**: ut [como] *Eboquéi Pêro çóu, Eis la vai Pedro. Coriteim ixóu, agora vai, ou foi. Ndaerojái imaenduári, nem por isso se lembra.*

E para se saber usar deste **modo de fallar**, se põe as seguintes regras, acerca da formação desta terceira pessoa relativa. (Figueira, 1687: 94-95, grifo nosso)

Como seu predecessor, Figueira (1687) não restringe o fenômeno à anteposição de advérbios, nem à terceira pessoa, e cita as mesmas categorias de Anchieta (1595), como posposições, gerúndio e outras orações, além de fazer menção ao “modo de fallar” para explicar o uso da construção. A seguir, contrastamos um dos exemplos supracitados por Figueira (1687), no indicativo II, com outro no indicativo I:

¹⁰ Nos estudos das línguas tupí-guaraní, “gerúndio” é o termo usado para indicar, comumente, não apenas simultaneidade ou sequência de ações, mas também correferencialidade, na maioria das vezes, do sujeito.

(4a) Tb Pedro oço, Omondóreme
 Pedro o-só o-mo-ndo-reme
 Pedro 3SUJ-ir IND.I 3CORF-CAUS-ir-SUBJ
 ‘Pedro vai porque o mandaõ.’
 (Figueira, 1687: 83-84, glosas nossas)

(4b) Tb Coriteim ixóu
 koriteim i-só-w
 agora 3ABS-ir-IND.II
 ‘Agora vai (ou foi).’
 (Figueira, 1687: 94, glosas nossas)

Em 4a, o verbo *só* ‘ir’ aparece em sua forma regular, flexionado na terceira pessoa do singular com *o-*. Em 4b, é usado o mesmo verbo, mas antes dele ocorre a palavra *koriteim* ‘agora’, o que modifica a forma verbal: substitui-se *o-* por *i-* ‘terceira pessoa absoluta’, e acrescenta-se o sufixo *-w* ‘modo indicativo II’. Assim, percebe-se que, apesar de Figueira (1687) trabalhar com descrição semelhante à de Anchieta (1595), interpreta a construção a partir de outro ponto de vista, o da pessoa do sujeito, não o da classe gramatical capaz de gerar alterações no verbo, como subentendido no nome “regra do advérbio”.¹¹

2.2.2 Modo indicativo II ou indicativo onomático

As terminologias “modo indicativo II” ou “indicativo onomático” foram difundidas por Aryon Rodrigues a partir de 1952, e são assim apresentadas:

Os verbos tupís apresentam dois grupos de formas: a) formas remáticas ou propriamente verbais, que são o indicativo I ou indicativo remático, o permissivo, o imperativo, o gerúndio e o nome relativo; b) formas onomáticas, de **natureza nominal**, que são o indicativo II ou indicativo onomático, o subjuntivo e os nomes de ação, de agente, de circunstância, de objeto, de paciente e de agente habitual. (Rodrigues, 2013 [1952]: 53-54, grifo nosso)

De acordo com o autor, o indicativo II tem natureza nominal. Tal característica se manifesta morfológicamente, pois os verbos da forma onomática são flexionados com os mesmos pronomes ou prefixos dos temas nominais (substantivos e adjetivos), diferentes daqueles recebidos por verbos conjugados na forma remática, cujas marcas não se confundem

¹¹ Figueira (1687: 98, grifo nosso) também fornece exemplos com a primeira pessoa e com a negação: “*Eboquei xe-çó-u* ‘Eis que eu vou’. *Marápe xe-çó-u-ëymi*, ‘Não sei porque não fui’”.

com as dos nomes. Rodrigues (1952) descreveu a morfologia da construção da seguinte maneira:

O indicativo II só ocorre na 1ª e na 3ª pessoas e forma-se da seguinte maneira: a) aos temas vocálicos (terminados em vogal) acrescenta-se o sufixo *-û* [-w], p. ex.: t. *só* I “ir” ind. II *sóû*, t. *îuká* I “matar” ind. II *îukáû*; b) aos temas consonânticos acrescenta-se o sufixo *-i*, p. ex.: t. *kuáb* I “saber” ind. II *kuábi*, t. *úr* II “vir” ind. II *úr-i* [...]
 O indicativo II exprime a realização do processo verbal quando **subordinada a uma circunstância expressa**. (Rodrigues, 2013 [1952]: 57, grifo nosso)

No excerto, referente ao Tupinambá, encontramos menção à primeira pessoa, aos sufixos mais comuns até os dias de hoje (*-i* e *-u*) e à influência do sintagma circunstancial, bem como interpretação de que o processo verbal está subordinado a tal circunstância.

Enquanto a terminologia “indicativo onomático” (relativo ao nome) parece ter sido abandonada com o passar do tempo, a expressão “indicativo II” tem sido adotada por diversos pesquisadores, a exemplo de: Rodrigues (1952, 1953, 2001), Almeida *et al.* (1983), Vieira (1993), Leite (1998), Vieira e Leite (1998), Gabas Júnior (1999), Magalhães (2007) e Praça (2007).

2.2.3 Modo circunstancial

A partir de 1979, provavelmente por influência de uma comunicação de Lucy Seki em congresso científico, começa a difundir-se a terminologia “modo circunstancial”. A nomenclatura evidencia os elementos capazes de gerar a modificação no verbo, isto é, aqueles que acrescentam circunstância à oração, também chamados de adverbiais ou oblíquos. Com exceção da primeira pessoa, a descrição fornecida pela autora é similar à do Tupinambá:

Essa forma verbal caracteriza-se pelo sufixo {-i}, com dois alomorfes: *-i* ~ *-w*, usados respectivamente, após consoantes e após vogais, e por ter **sua ocorrência condicionada à presença de um elemento adverbial em posição anterior ao verbo**, ou seja, só ocorre numa construção em que há a **topicalização do adverbial**. Em Kamaiurá, o circunstancial é usado somente com verbos ativos, nas situações em que o sujeito é uma terceira pessoa e não vem expresso por nominal posicionado antes do adverbial. (Seki, 2000: 131, grifo nosso)

Contrastamos dois exemplos do Kamaiurá para verificar tal condicionamento:

que não seja a primeira.¹² No entanto, esse nome ainda não havia sido empregado para intitular o fenômeno.

Seguindo Harrison (1986), Payne (1994) refere-se a “oblique topicalized construction”, conforme demonstra a passagem abaixo:

Constituent order in at least some TG [Tupí-Guaraní] languages is controlled by **discourse-pragmatic factors** (Dooley 1982; A. Jensen 1980, 1982). This raises the question of whether there is any association between order and the inverse/direct distinction. The first suggestion in this regard comes from what is called an “oblique topicalized” construction, characteristic of TG languages. (Payne, 1994: 333, grifo nosso)

Conquanto não analise a estrutura, a autora mantém a perspectiva de que o sintagma deslocado representa um oblíquo topicalizado, e explicita que tal operação é motivada por questões pragmático-discursivas. No decorrer do texto, Payne (1994) observa que a construção é pouco frequente e questiona se a posição pré-verbal estaria relacionada à topicalização do elemento oblíquo não agente, ou seja, voltado ao paciente (P). Contudo, a autora não investiga a questão.

Também por influência de Harrison (1986), Cheryl Jensen adota nomenclatura similar e fala em “oblique-topicalized verbs” e “oblique-topicalized verb construction” (Jensen, 1998: 11; 1999: 156). Lembramos que, em uma de suas últimas produções sobre o assunto, Rodrigues (2001: 104) se aproxima desses usos ao intitular a seção que trata do indicativo II de “orações independentes com circunstância topicalizada”. Todavia, o autor mantém a nomenclatura tradicional (modo indicativo II) em suas análises.

Outra pesquisadora que menciona oblíquo e topicalização é Vieira (1993), com a diferença de que emprega “oblíquo” não só para o elemento frontado na sentença, mas também para a marca que o verbo recebe. Assim, além de “sintagma oblíquo em posição topicalizada” (p. 164), ela fala em “morfologia especial no verbo principal” (p. 49), “forma oblíqua

¹² Há diversos pesquisadores que se referem somente à posição pré-verbal, não à primeira posição da oração, a exemplo de Figueira (1687), Barbosa (1956), Bendor-Samuel (1972), Nicholson (1975), Harrison (1986), Seki (2000), entre outros. As autoras Vieira e Leite (1998), Magalhães (2007) e Praça (2007), por sua vez, informam que a estrutura é acionada somente quando o sintagma deslocado se encontra no início da oração.

(Indicativo II) no predicado verbal” (p. 60), “morfologia adverbial” (p. 125), “morfologia oblíqua no verbo” (p. 169), entre outros.

Solano (2009: 376), por sua vez, informa que “As construções que correspondem a topicalização/focalização em Araweté são aquelas que se situam na periferia esquerda da sentença, posição que corresponde àquilo em torno de que a sentença é construída”. E, na seção “Topicalização/focalização de constituintes de natureza adverbial”, fornece os seguintes dados, sem explicar, contudo, qual tipo de focalização ou topicalização é realizado:

(6a) Ar ta-we ku he **r-udi**
 R⁴-aldeia-LP FOC 1 R¹-voltar
 ‘Na aldeia, eu voltei.’

(Solano, 2009: 378)

(6b) Ar a-iwe pẽ **n-u-j**
 casa-LP 23 R¹-estar.deitado
 ‘Em casa, vocês estão.’

(Solano, 2009: 378)

Vemos o verbo modificado na primeira pessoa do singular (6a) e na segunda pessoa do plural (6b). Em ambos os casos, o verbo se flexiona com um prefixo relacional de contiguidade (*r-* e *n-*) em lugar dos prefixos pessoais regularmente usados no modo indicativo I, porém não recebe o sufixo característico do indicativo II, porque “A língua Araweté perdeu o sufixo do modo indicativo II” (Solano, 2009: 202). Com relação à partícula de foco (*ku*), Solano (2009: 383) defende que ela “marca constituintes topicalizados” e fornece mais exemplos com o indicativo II, de modo que acaba por sugerir que essa construção é um processo de topicalização.

A seguir, apresentamos contraste entre dados com a terceira pessoa:

(7a) Ar **u-wahẽ** reʔa
 3-chegar esse aqui
 ‘Esse chegou.’

(Solano, 2009: 153)

(7b) Ar kumete ku mututapi **i-wahẽ**
 hoje FOC barco R²-chegar
 ‘Hoje o barco chegou.’

(Solano, 2009: 122)

Em 7a, o verbo *wahẽ* ‘chegar’ aparece flexionado com o prefixo *u-* ‘terceira pessoa’. Em 7b, o mesmo verbo é usado depois do advérbio *kumete* ‘hoje’, o que gera mudança no prefixo verbal de *u-* para *i-* ‘prefixo relacional de não contiguidade’. Novamente, a partícula de foco é usada na construção.

Ainda segundo Solano (2009: 202-204, grifo nosso), o indicativo II nessa língua “ocorre **em todas as pessoas**” e em dois contextos: 1. “quando o predicado é precedido por uma expressão adverbial”; 2. “quando o objeto (paciente) é mais alto na hierarquia do que o agente ou igual a este”. Afora o valor de topicalização/focalização expresso por Solano, essa autora também evoca o caráter nominal das construções com indicativo II:

A estrutura do modo indicativo II permite caracterizá-lo como um modo em que os predicados são de **natureza nominal**, e não de natureza verbal, embora os núcleos de predicados sejam formados a partir de raízes verbais. [...]

Os temas verbais recebem flexão relacional, no caso dos predicados formados a partir de um verbo transitivo, a estrutura resultante é equivalente a estrutura em que se configura a expressão de uma **determinação nominal** (matar de mim, cantar de você, etc...). Nessas situações, embora a tradução para o Português seja na voz ativa, o que se tem, na realidade, é uma **expressão nominal correspondente a um nome de ação** [...] (Solano, 2009: 207, grifo nosso)

A seguir, trataremos de outras análises que defendem ser o indicativo II um tipo de nominalização.

2.2.5 Nominalização ou subordinação

Praça *et al.* (2017: 39), com base na comparação de quatro línguas (Tupinambá, Apyãwa, Guajá e Nheengatú), propõem “nova interpretação para a estrutura tradicionalmente conhecida como Indicativo II”.¹³ Para tanto, questionam o recurso à noção de modo, entendido como “expressão flexional da modalidade” (Praça *et al.*, 2017: 41), e passam a entender a construção como um tipo de nominalização.

¹³ O Nheengatú ou Língua Geral Amazônica (ramo III) não apresenta alteração verbal quando há deslocamento de sintagmas circunstanciais.

Neste sentido, a nosso ver, cria-se uma assimetria muito interessante: com a anteposição de sintagmas adverbiais, tipicamente adjuntos, para a primeira posição da sentença, o verbo receberia um sufixo nominalizador e passaria a atuar como argumento, enquanto o sintagma deslocado assumiria a função de predicado adverbial, conforme os exemplos a seguir.

(8a) Tb **a-so**
 1SG.I-ir
 ‘Eu fui.’
(Praça *et al.*, 2017: 51)

(8b) Tb kwese **xe-so-û**
 ontem 1SG.II-ir-NMLZ
 ‘Ontem fui.’
(Praça *et al.*, 2017: 51)

(8c) Tb kwesé **i-só-û**
 ontem 3.II-ir-NMLZ
 ‘Ontem ele foi.’
(Praça *et al.*, 2017: 51)

Tendo em vista que, no Guajá, o sufixo ocorre também com predicados nominais, as autoras formulam análise distinta para essa língua, interpretando as transformações estruturais no predicado não como nominalização, mas como subordinação.

Barbosa (1956: 212) também analisou a construção pelo viés da subordinação: “Conjugação subordinada. O verbo da oração principal assume forma especial — derivada do infinito — quando precedido, no mesmo período, por advérbio, preposição, gerúndio ou conjunção subordinativa”. Como citado anteriormente, a visão de subordinação também já tinha sido exposta por Rodrigues (1952, 1953).

Apesar de Barbosa (1956) não declarar que a “conjugação subordinada” é uma nominalização, observa que a estrutura deriva do infinito, o qual é uma forma nominal, de maneira que acaba por reconhecer a natureza mais nominal da conjugação subordinada.¹⁴

¹⁴ “O infinito tem função de substantivo, e como tal poderá muitas vezes ser traduzido” (Barbosa: 139); “o infinito e os participios (exceto *-bae*) são formas nominais” (Barbosa: 358).

Autores que também já tinham atribuído caráter mais nominal à construção são: Rodrigues (1952, 1953), Barbosa (1956), Gabas Júnior (1999), Solano (2009).¹⁵ Em viés diacrônico, Rodrigues (2001: 108-109, grifo nosso) mantém o posicionamento de 1952 e pondera que “O fato de que o indicativo II não seja construído com prefixos flexionais de pessoa, mas só com prefixos relacionais, parece apontar para um **desenvolvimento histórico a partir de uma construção nominal**”. Perspectiva similar foi desenvolvida por Payne (1994):

The distribution of Set 2/*r*- prefixes may be motivated by the fact that all the constructions where it occurs are P-oriented, or are at least non-A oriented. Further, the current distribution of Set 2/*r*- prefixes suggests that **these forms were originally nominal related** (Payne, 1994: 335, grifo nosso).

Aproveitando a proposta, questionamos se o fato de esses prefixos não serem orientados para A, e serem diacronicamente associados a nomes, não revelaria uma função orientada tanto para não A quanto para não P, isto é, orientada para os demais constituintes, comumente referidos pelos nomes de oblíquo, adverbial ou posposicional, os quais poderíamos reunir sob o rótulo de “constituintes não A e não P”.

3 TÓPICO *VERSUS* FOCO DE CONTRASTE

Os pesquisadores costumam mencionar a topicalização em suas abordagens, mesmo quando não há evidências pragmáticas de topicalização. Ou seja, embora as descrições sejam essencialmente formais, recorrem à pragmática para tentar explicar o fronteamto dos sintagmas. Em nosso ponto de vista, mais do que um fator subsidiário, a pragmática é crucial à compreensão da estrutura.

De acordo com Crystal (2008: 379), podemos definir a pragmática como “[...] the study of language from the point of view of the users, especially of the choices they make, the constraints they encounter in using language in social interaction, and the effects their use of

¹⁵ No Karo, Gabas Júnior (1999: 85-86) trata os alomorfes “/-p/, /-m/ e /-ap/” como sufixos de nominalização. Como informado anteriormente, essas formas são idênticas às que ele chama de indicativo II.

language has on the other participants in an act of communication.” E é nesse âmbito que a construção parece se manifestar.

Operações discursivas que destacam algum elemento informativo, mesmo mantendo inalterado o sentido denotativo do enunciado, inserem-se no âmbito da pragmática. Tanto a topicalização quanto a focalização são estratégias recorrentes que se enquadram nessa possibilidade. Há diversas operações de tópico e de foco registradas na literatura, as quais não se confundem entre si (cf. Creissels, 2006). No caso em questão, de acordo com exemplos e proposições fornecidas pelos autores, entendemos o indicativo II, principalmente, como um tipo específico de focalização, o foco de contraste.

Ao tratar deste último conceito, Givón (2001: 221) afirma que “[...] the notion **contrast** is neither a grammatically nor cognitively discrete. Rather, it rests upon the more fundamental cognitive dimensions of **informational predictability** and its converse, **counter-expectancy**, both of which are at least in principle scalar.” Em outras palavras, entendemos que “O caráter interativo e pragmático do foco de contraste é relacionado fortemente com essas duas dimensões: previsibilidade informacional e contraexpectativa” (Gomes, 2019: 743).

Vejamos algumas exposições nesse sentido, referentes à anteposição de sintagmas na família tupí-guaraní, começando por autores que tangenciaram o tema. Nos relatos, chama atenção a estratégia formal de focalizar ou topicalizar elementos adverbiais, algo incomum, sendo um exemplo de assimetria nessas línguas.

Bendor-Samuel (1972: 158) intitula a construção de “inverted sentence” e a classifica entre as “non-favourite sentences”, isto é, aquelas que não seguem o padrão estrutural mais recorrente do Guajajára.¹⁶ Além disso, o autor destaca sua baixa frequência de ocorrência, ao afirmar que “Less than 10% are of the inverted sentence type”, reconhecendo que não são frases de uso comum, mais uma evidência da assimetria estrutural. Tal fato, somado à informação de

¹⁶ Payne (1994: 316-318) também insere a construção entre aquelas que evidenciam uma forma inversa, a qual inverte o que a autora chama de “inherent topicality hierarchy” (1>2>3) e é evidenciada pelos prefixos da série 2.

que a estrutura é atípica, sinaliza interpretação pragmático-discursiva da transformação sofrida pelo verbo por influência do deslocamento de constituinte adjunto para posição pré-verbal.

O autor complementa a análise com a informação de que “The verbal phrase itself never includes any post-verbal other than *-n*. More than one adjunct may occur, and the second and subsequent such generally follow the verbal phrase, though two have been found at the beginning of the sentence in a few cases” (Bendor-Samuel, 1972: 160). A nosso ver, esse posicionamento distinto de adjuntos reforça o valor de foco contrastivo do elemento antecipado, pois, via de regra, não pode haver foco contrastivo sobre dois constituintes em uma mesma frase. Por essa razão, os adjuntos mencionados pelo autor tendem a ocorrer separados, com funções distintas.

Em continuidade, Bendor-Samuel (1972: 160) observa que “The forward shift of the adjunct element has the effect of bringing this into semantic prominence at the expense of the verb.” Em outras palavras, o termo deslocado ganha valor informativo em detrimento do verbo, o que representa a operação pragmático-discursiva da focalização. Dado que tal noção não era bem compreendida à época, o pesquisador recorre à semântica para explicá-la.

Nicholson (1975: 3), apesar de atribuir a nomenclatura a Carl Harrison, revela interpretação pragmática nas terminologias que usa para se referir ao verbo modificado quando ocorre a anteposição do sintagma: “Passive (De-emphasized third person) [...] the passive or de-emphasized form.” Em relação à escolha dos nomes, esclarece:

The term “passive” is misleading, as the verb is still active. The term “de-emphasized” reflects the **possibility** that the verb in this form is giving prominence to the phrase, which precedes and conditions it, and so “de-emphasizes” itself. As there is no obvious better term, the name “passive” will be used in this paper. (Nicholson, 1975: 3)

Em que pese o uso do termo “passive”, do qual discordamos, a expressão “de-emphasized” chama atenção. Ao perceber a possibilidade de o verbo ter perdido ênfase e de o sintagma deslocado ter sido colocado em destaque, Nicholson (1975) descreve um processo de

focalização no qual ocorre operação morfológica para dar relevo a uma informação que não está no verbo. Reforçando essa análise, a pesquisadora constata:

In the body of an Assuriní text the temporal phrase comes at the beginning of a sentence, and the locative phrase comes either at the beginning or the end. (About 75 percent are in sentence final position.) In the “Passive” rules (page 3) it was noted that one such phrase in sentence initial position makes the subsequent verb, if 3rd person, take the “passive” form. However, no text has a “passive” form verb in its title sentence. All verbs in the title sentence have the initiating form. This means that, in texts where the main participant is 3rd person, all locative and temporal phrases in the title sentence are pushed to sentence final position. (Nicholson, 1975: 5)

Essa observação, feita a partir de textos completos, respalda a função pragmático-discursiva da construção no que tange à focalização. No título de um texto, em tese, não é possível estabelecer contraste entre informações, pois a informação alternativa ainda não foi apresentada. Neste sentido, mesmo sintagmas que, pelo hábito, poderiam ocorrer no início da frase, são reiteradamente posicionados ao final, provavelmente para não criar uma estrutura incoerente.¹⁷

Harrison (1986: 418), ao comentar os usos da “grammaticized topicalization of oblique elements”, também fornece evidências funcionais em sua análise. Segundo observa, “This type of construction tends to be used in narrative to mark collateral information that is not part of the narrative line.” Tais informações, em nossa interpretação, podem abranger enunciados inesperados e fatos ou relatos novos, alternativos à narrativa.

Na sequência, Harrison (1986: 423, grifo nosso) pondera que, “Because the ‘same-different’ [subject of intransitive independent] and ‘oblique-topicalization’ are limited to third person subject they seem to be patch-on **utilizations of existing distinctions.**” Neste sentido, sugere que a construção morfológica, suscetível às escolhas dos falantes, indicaria usos de informações distintas, em se tratando da ‘topicalização oblíqua’, ou referentes distintos, no caso dos sujeitos.

¹⁷ A despeito dessas terminologias e descrições, Nicholson (1975: 3) parece não reconhecer o papel de níveis linguísticos não estruturais, ao afirmar que: “The passive form is conditioned by the structure of the **clause** and not by a higher linguistic level.”

Quanto a Jensen (1998: 11, grifo nosso), embora não analise o que chama de “oblique-topicalized verbs”, registra a função discursiva na exposição de tais verbos: “When an oblique (adverb, postpositional phrase, or temporal subordinate clause) is fronted to the initial position of an independent clause for **discourse purposes**, the main verb occurs in the oblique-topicalized (OBTOP) form.” A autora também registra que o alinhamento desses verbos é ergativo-absolutivo e classifica o *i-* como prefixo absoluto, reforçando a visão de Jensen (1984), Harrison (1986), Payne (1994), Gabas Júnior (1999), Solano (2009).¹⁸

Sobre a língua Kayabí, Dobson (2005 [1988]: 32) é mais específica em sua avaliação, a começar pela nomenclatura adotada, “forma de enfoque”, a qual segue “o mesmo padrão da forma narrativa”. Segundo a pesquisadora,

Em Kayabí, há três formas verbais as quais são empregadas para estabelecer as referidas distinções dentro do discurso. A forma narrativa do verbo é usada em relação à informação essencial. A **forma de enfoque** marca a informação importante, e a forma declarativa é usada em referência à informação suplementar, ou seja, aquela que não é informação essencial. (Dobson, 2005 [1988]: 61, grifo nosso)

Assim como a forma narrativa, a de enfoque também assinala a informação essencial, isto é, imprescindível à história contada, o que as distingue da forma declarativa. Na sequência, Dobson (2005 [1988]: 62) esclarece que “A forma verbal de enfoque é usada como um mecanismo para o destaque de qualquer componente da narrativa”. E, de maneira mais precisa, a associa a um valor contrastivo: “A **forma verbal de enfoque** é usada para ressaltar a informação essencial. Esta forma focaliza a atenção nos seguintes aspectos: nos **eventos positivos contrários à expectativa**; num personagem, ou num **ponto de mudança** durante o desenrolar da estória” (Dobson, 2005 [1988]: 64, grifo nosso).

Nota-se que a autora entende o chamado indicativo II como mecanismo para manifestar contraste entre informações. Adicionalmente, esclarece que “outro emprego da forma verbal de

¹⁸ Rodrigues (1952, 1953, 2001 e outros) classifica o *i-* como morfema de relação ou morfema relacional. Não cabe nesta monografia um debate sobre o tema, dada sua complexidade e o escopo próprio da monografia.

enfoque é aquele de ressaltar ou focalizar a atenção num **evento inesperado**” (Dobson, 2005 [1988]: 64, grifo nosso), o que abrange, mais uma vez, fatos ou relatos alternativos à narrativa.

Praça (2007) oferece leitura interessante ao recorrer às noções pragmáticas de tema e rema em sua análise do Apyãwa (Tapirapé):

se as expressões adverbiais forem deslocadas para a posição mais à esquerda [...], passam a ser o rema, a informação mais importante, recaindo sobre elas um relevo informacional maior, que contextualiza o evento descrito pelo verbo. Desse modo, somente as expressões adverbiais podem instituir um ambiente informacional ao qual a predicação se refere, sem, todavia, comporem o núcleo oracional, pois, uma vez que os sintagmas nominais são elementos internos ao núcleo oracional, não poderiam exercer tal função. (Praça, 2007: 123)

Em seguida, Praça (2007: 124, grifo nosso) desenvolve a ideia de desrematização do predicado:

Apesar de serem sintaticamente adjuntos extra núcleo oracionais, as expressões adverbiais carregam consigo uma informação adicional à oração. A partir do momento em que são deslocadas à esquerda, **desrematizam o predicado**. A natureza pragmática dessa operação é revelada na forma do verbo, que adota um **alinhamento ergativo**. Ele toma uma forma não finita na recuperação dos seus argumentos, que é a mesma das **nominalizações**. Sujeito e objeto pegam a forma de genitivo, flexionando com o prefixo {i-} da Série II, e a desrematização do predicado é marcada pelo sufixo {-i} [...]

A autora considera que a expressão adverbial se situa fora do núcleo oracional, composto pelo predicado e seus argumentos, e, conseqüentemente, fora do rema.¹⁹ A expressão adverbial, todavia, tem a capacidade de “desrematizar o predicado” ao ser colocada na posição pré-verbal, isto é, assume o maior conteúdo comunicacional, em detrimento do predicado. Em outras palavras, nessa linha de raciocínio, podemos supor que o constituinte deslocado foi rematizado, o que subsidia nossa proposta de foco de contraste, reforçada pela impossibilidade de tal operação pragmático-discursiva ser efetivada em contexto de negação de predicado.²⁰ Novamente, destaca-se o valor assimétrico assumido por essa construção.

Vieira e Leite (1998) também expõem análise pragmática do fenômeno, sem, contudo, especificar o tipo de tópico ou foco identificado:

¹⁹ “Pragmaticamente, o sujeito é o tema, ao passo que o predicado é o rema, o constituinte da oração que possui a maior carga informacional” (Praça, 2007: 124).

²⁰ “A negação, por ser um tipo de foco contrastivo (cf. Givón, 2001), aumenta a carga informacional do predicado, impedindo-o de perder sua função remática” (Praça, 2007: 124).

O indicativo II: topicalização/focalização e interrogação

Em algumas línguas da família Tupí-Guaraní, quando um elemento adverbial ou posposicionado ocorre topicalizado, focalizado ou é interrogado, o verbo adquire uma morfologia especial, dependendo da pessoa do sujeito: 3ª pessoa em Tapirapé [Apyãwa] e Asuriní do Trocará [Tocantins] e 1ª e 3ª em Tupinambá. (Vieira; Leite, 1998: 21)

Ao investigar a ordem sintagmática do Araweté e constatar que o indicativo II ocorre na ordem SOV, ponderam que “Tal fato parece indicar que a primeira posição da oração está reservada ao elemento com estatuto de foco ou de tópico [a posição à esquerda da oração]” (Vieira; Leite, 1998: 20). Na sequência, informam:

Segundo Muysken (1995), em sua análise sobre o quechua, os evidenciais são gerados em uma posição fora da sentença e têm a função de marcador de foco. Assim, os elementos que ocorrem à sua esquerda são interpretados como foco. Adotando essa proposta de análise para os dados do Araweté, pode-se sugerir que, mesmo sem qualquer marca explícita na sentença, quando o verbo aparece em posição inicial, a oração se reveste de força evidencial. Quando é o sintagma nominal que ocorre em posição inicial, ele recebe interpretação de foco. (Vieira; Leite, 1998: 21)

Em outro texto, publicado no mesmo ano, uma das autoras reforça esse posicionamento e enumera algumas possibilidades explicativas:

Pela análise que estamos propondo, esses elementos que se antepõem ao verbo e desencadeiam o indicativo II estariam fora da sentença nuclear, podendo ter **funções pragmáticas**, como ponto de vista do falante, introdução do tópico da conversação, **ênfase**, marcador de continuação tópica etc. Sem dúvida alguma a construção com o indicativo II é uma construção singular pois ela não pode ser negada. (Leite, 1998: 93, grifo nosso)

A menção à ênfase pode ser entendida como foco de contraste ao examinarmos os dados em 9a e 9b, fornecidos pela autora, que os traduz como clivagem. Lembramos que o sufixo *-i* não se manifesta em 9b porque o verbo *ia* ‘ir’, no Apyãwa (Tapirapé), termina em vogal:

(9a) xeropy a-a ka-pe
 meu pai 3-ir roça para
 ‘Meu pai foi à roça.’

(Leite, 1998: 92)

(9b) ka-pe i-a xeropy
 roça-para 3-ir meu pai
 ‘Foi para a roça que meu pai foi.’

(Leite, 1998: 92)

Adicionalmente, destacamos na citação anterior uma evidência formal de foco relatada por mais pesquisadores: o indicativo II não permite ou não ocorre com negação (cf. Dobson,

1988; Vieira, 1993; Leite, 1998; Magalhães, 2007). Isso acontece porque, em algumas línguas da família tupí-guaraní, e também do tronco tupí (cf. Gabas Júnior, 1999; Gomes, 2019), a negação tende a funcionar como foco de contraste (cf. Dobson, 1988; Seki, 2000; Praça, 2007).²¹ A propósito, Gomes (2019: 750) lembra que, “De um ponto de vista tipológico, não é incomum a relação entre negação e focalização”. Mais uma vez, portanto, como visto em Bendor-Samuel (1972), a impossibilidade de estabelecer contraste com dois constituintes pode justificar a restrição formal supracitada.

A prática de colocar em posição inicial ou pré-verbal constituintes focalizados parece ser um padrão do tronco tupí, incluídas as línguas tupí-guaraní. Para mais informações e indícios de foco de contraste nessa posição, na qual se incluem as construções interrogativas, veja-se Gomes (2019) sobre o Mundurukú, do tronco tupí.

Ainda com relação à negação, nas línguas em que ela pode ocorrer com a marca de indicativo II, alguns pesquisadores evidenciam a segmentação entre o morfema de negação {-eym} e o sufixo, a exemplo de {-eym-i} (cf. Figueira (1687), Rodrigues (1953), Barbosa (1956), Seki (2000)). Especificamente, o sufixo de negação {-eym} no Tupinambá e no Kamaiurá nega radicais e não instaura foco de contraste. Logo, nessas situações, consideramos que o foco de contraste não seria indicado pela negação, mas pelo sufixo *-i*, como resultado da anteposição de sintagmas adverbiais focalizados.

No Apyãwa (Tapirapé), o {-eym} nega constituintes (exceto predicado) e instaura foco de contraste, conforme Praça (2007), motivo pelo qual, a nosso ver, a negação não ocorre com o sufixo {-i} de indicativo II. No Guajá, Magalhães (2007) informa que não identificou o indicativo II com a negação, e nessa língua o sufixo equivalente a {-eym} (*-y'ým- ~ -y'ỹ, -'ým- ~ -'ỹ*) tem escopo nominal e também parece negar radicais.

²¹ Na língua Karo, “When its scope [of the negation] is over ergative or absolutive noun phrases, adverbial phrases, or postpositional phrases, these phrases occur in focus position at the beginning of the clause followed by the negative particle *i?ke*” (Gabas Júnior, 1999: 144-145).

Assim, levantamos a hipótese de que o indicativo II tenha surgido como marcador de foco, provavelmente foco de contraste, no Proto-Tupí, e tenha sido transformado ou eliminado em algumas línguas. Por este ângulo, seria um indicador mais geral de foco de contraste que foi diminuindo seu escopo no decorrer do tempo e assumindo comportamentos diferentes tanto entre famílias linguísticas do tronco tupí quanto entre línguas da família tupí-guaraní.

Nessa família, o percurso diacrônico em relação à pessoa poderia ter se desenvolvido de um momento em que o foco de contraste era marcado no verbo com as três pessoas, a exemplo do Araweté; depois com duas pessoas, como em Guaraní Antigo (o qual, segundo Barbosa (1956: 214), chegou a incluir a segunda pessoa), Kayabí ou Tupinambá; e, por fim, com uma só pessoa, situação mais comum na atualidade, como em Apyãwa (Tapirapé), Asuriní do Trocará, Guajá, etc.

No que tange aos elementos que acionam a estrutura, inicialmente teria ocorrido com praticamente qualquer constituinte, como no Karo (família ramaráma) — ou até na variante do Tupinambá descrita por Figueira (1687), em que, segundo Rodrigues (2001), núcleos nominais recebiam o mesmo sufixo de indicativo II —; em seguida com menos constituintes, a exemplo do Kamaiurá (sintagmas adverbiais e posposicionais, numerais, partículas, verbos descritivos), passando por momento com poucos constituintes, como no Guajajára (sintagmas adverbiais e posposicionais), chegando à situação de variação, a exemplo do Wayampí, em que “nem sempre [...] a forma de Indicativo II é engatilhada” (Vieira, 1993: 163); e, por fim, à eliminação completa na língua, como ocorreu no Nheengatú (Língua Geral Amazônica).²²

No entanto, é natural perguntarmos por que essa forma tem se limitado quase exclusivamente à terceira pessoa. Uma resposta plausível à questão se basearia na escala de referencialidade ou topicalidade, especificamente no debate em torno da hierarquia de pessoa e

²² No Karo, além de sintagmas adverbiais e posposicionais, Gabas Júnior (1999: 59) informa que sintagmas nominais colocados em foco, no começo da oração, ocasionam o sufixo *-p* no verbo, o qual marca o indicativo II.

sua relação com a construção direta ou inversa (a qual rompe com a hierarquia de pessoa e tende a ser marcada pelos mesmos prefixos do indicativo II).

Segundo Payne (1994: 323), “The frequency differences [between inverse and direct constructions] result from the fact that the unmarked flow of action is from a participant higher in inherent topicality to a participant lower in inherent topicality.” Ou seja, marca-se a mudança no fluxo normal da atividade, sendo esse tipo de construção menos frequente, o que pode ser útil para explicar por que, em geral, as línguas tupí-guaraní têm uma forma especial para focalizar a 3ª pessoa, a mais baixa na hierarquia, e não as demais pessoas.

Em síntese, o propósito discursivo da estrutura conhecida como indicativo II parece consenso entre os pesquisadores, mas oscila entre topicalização e focalização, conceitos que não estão claros em algumas obras. A respeito do primeiro, Gomes (2019: 743) destaca que, para haver topicalização, é necessário que estejam envolvidos, no processo, “dois aspectos pragmáticos de referência: acessibilidade referencial (anáfora) e importância temática (catáfora)”. E, no que tange à relação entre os conceitos, complementa:

Contudo, há uma relação necessária entre foco e tópico, uma vez que a focalização contrastiva tende a se aplicar, primariamente, a argumentos de tipo tópico, os quais são acessíveis anaforicamente [...] um constituinte sob foco de contraste é também um tópico anaforicamente acessível. (Gomes, 2019: 743-744)

Para confirmar a hipótese do indicativo II como foco de contraste na atualidade, é preciso investigar seu uso em contextos reais de fala, dando voz aos falantes e buscando a intenção pressuposta nesses usos. A tradição linguística baseada em frases isoladas não consegue apreender todas as nuances discursivo-pragmáticas do evento comunicativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, delineamos o panorama das interpretações de um fenômeno peculiar às línguas indígenas sul-americanas e propomos hipótese explicativa para ele. Para concluir, gostaríamos de frisar que as alterações morfológicas que vimos no verbo são causadas pelo

deslocamento de constituintes muito diversos entre si. Entre eles, encontramos menções a adjunto, advérbio, circunstancial, conectivo, conjunção, demonstrativo, nominal em caso oblíquo, numeral, oblíquo, oração subordinada, paciente igual ou mais alto do que o agente na hierarquia, partícula, posposição, pró-forma interrogativa, quantificador, verbo auxiliar e verbo descritivo. Além disso, em algumas línguas, esses elementos podem desencadear mudanças verbais mesmo se estiverem subentendidos no contexto.

Em vista dessa diversidade, consideramos que tais constituintes não podem ser agrupados apenas sob o rótulo de adverbiais ou circunstanciais. Tampouco seu deslocamento pode ser usado como teste seguro para identificar um valor mais ou menos adverbial em todas as línguas da família.²³ O que eles têm em comum é a mudança de ordem para uma posição normalmente associada à focalização em línguas tupí-guaraní.

Cabe destaque, ainda, à possível alteração estrutural defendida por Praça *et al.* (2017) para o fenômeno envolvendo especificamente sintagmas adverbiais, que passariam de adjuntos a predicados adverbiais, comportamento notadamente assimétrico, uma vez que o predicado verbal perderia seu *status* e se tornaria um argumento desses predicados adverbiais.

Ao ampliarmos o recorte da pesquisa para o tronco tupí, verificamos propostas semelhantes em outras línguas, a exemplo do Karo (Gabas Júnior, 1999). Neste sentido, ponderamos se o fenômeno poderia ser, em sua origem, na protolíngua, um marcador mais geral de foco, possivelmente foco de contraste, que teria desaparecido com o tempo, em umas línguas, ou assumido funções diversas, em outras.

Nesse percurso diacrônico, o marcador pode ter surgido com espectro maior e focalização contrastiva clara, a exemplo do que ocorre no Karo, e ter ido se especializando e se reduzindo, desde a restrição das pessoas e dos constituintes que o acionam até a perda

²³ Barbosa (1956: 215), a respeito do Tupinambá, afirmou que “nem todos os advérbios pedem conjugação subordinada”. Solano (2009: 123) informa que, no Araweté, “Advérbios que se posicionam no escopo do predicado, seguem o núcleo deste e, dessa forma, não acionam o modo indicativo II”.

progressiva do uso de foco de contraste e a extinção da estrutura. Nesta perspectiva, a focalização contrastiva poderia estar relacionada ao tronco, não somente à família tupí-guaraní.

Para confirmar a hipótese, são necessárias investigações diacrônicas referentes aos usos e à origem da marcação. Existem, porém, algumas evidências nessa direção. Barbosa (1956: 387), por exemplo, informa que “A conjugação subordinada, após uma fase de confusão, da qual já é testemunha o *Catecismo* de Bettendorff, desapareceu totalmente da língua, apesar de ter persistido mais tempo que no Guaraní”. Magalhães, Praça e Cruz (2019: 169) constatam que marcações formais comuns a classes distintas também têm desaparecido: “observamos que a capacidade de prefixos pessoais da série II ocorrerem com verbos, nomes e posições é gradualmente perdida através das línguas da família”. Uma questão que persiste, contudo, é compreender as motivações para essas mudanças.

Outro desafio que deixamos em aberto, ainda insuficientemente abordado nas pesquisas, refere-se à transitividade da estrutura: afinal, qual a transitividade do predicado no chamado indicativo II? As propriedades sintáticas das sentenças nessa construção ainda não foram suficientemente descritas. A compreensão dessa estrutura verbal e sua relação com os sintagmas deslocados representa desafio à descrição linguística. Após cinco décadas de pesquisa, Rodrigues (2001: 108) alertou para o fato mesmo:

A existência do indicativo II e as restrições a que está sujeito segundo as pessoas do discurso, constituem problemas a ser pensados, tanto de um ponto de vista funcional, quanto comparativa e diacronicamente dentro do tronco linguístico Tupí e, mais especificamente, dentro da família Tupí-Guaraní.

Ainda hoje, continuamos com essas inquietações e esperamos aprofundar o debate sobre elas.

ABREVIATURAS

1, 2, 3: primeira, segunda ou terceira pessoa, 23: segunda pessoa do plural, 3ABS: terceira pessoa absoluta, 3CORF: terceira pessoa correferencial, CAUS: causativo, CIRC: modo circunstancial, CÓP: cópula, FOC: foco, I: série I, II: série II, IND.I: modo indicativo I, IND.II: sufixo do modo indicativo II, LP: locativo pontual, N: caso nuclear, NMLZ: nominalizador, R¹: prefixo relacional que marca a contiguidade do determinante de um tema dependente, R²: prefixo relacional que marca a não contiguidade do determinante de um tema dependente, R⁴: prefixo relacional que marca um determinante genérico e humano de um tema dependente, REL.C: prefixo relacional de contiguidade do determinante, REL.N: prefixo relacional de não contiguidade do determinante, REL: prefixo relacional, SG: singular, SUBJ: subjuntivo, SUJ: sujeito, v: verso.
Ar: Araweté, Tb: Tupinambá.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antônio; IRMÃZINHAS DE JESUS; DE PAULA, Luiz G. *A língua Tapirapé*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1983.
- ANCHIETA, José de. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.
- BARBOSA, Antônio L. *Curso de Tupi Antigo: gramática, exercícios, textos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
- BENDOR-SAMUEL, David. *Hierarchical structures in Guajajara*. Norman: Summer Institute of Linguistics of Oklahoma, 1972.
- CREISSELS, Denis. *Syntaxe générale: une introduction typologique*. Paris: Lavoisier, v. II, 2006.
- CRYSTAL, David. *A dictionary of linguistics and phonetics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.
- DIETRICH, Wolf. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. In: *O português e o tupi no Brasil*. NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Org.). 9-25. São Paulo: Contexto, 2010.
- DOBSON, Rose, M. *Aspectos da Língua Kayabi*. Série Linguística n. 12. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 2005 [1988].
- FIGUEIRA, Luis. *Arte de grammatica da lingua brasilica*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1687.
- FORLINE, Louis; MAGALHÃES, Marina Maria S. Engaging with friends and enemies: Sociolinguistic implications of contact between the Awá-Guajá and their Tupí-Guaraní neighbors. *International Journal of the Sociology of Language*. 2016. doi: <https://doi.org/10.1515/ijsl-2016-0014>.
- GABAS JÚNIOR, Nilson. *A grammar of Karo, Tupí (Brasil)*. Tese de doutorado. Santa Barbara: University of California, 1999.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. II, 2001.
- GOMES, Dione M. *Argumentos e adjuntos em línguas indígenas brasileiras*. Projeto de pesquisa. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.
- GOMES, Dione M. Partículas em Mundurukú (Tupí). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. 14. 3. 739-765, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300004>.
- HARRISON, Carl H. Verb prominence, verb initialness, ergativity and typological disharmony in Guajajara. In: *Handbook of Amazonian Languages*. DERBYSHIRE, Desmond

C.; PULLUM, Geoffrey K. (ed). 407-439. Berlin, New York, Amsterdam: Mouton de Gruyter, v. 1, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estudos especiais. O Brasil Indígena*. 2020. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

JENSEN, Cheryl Joyce S. *O desenvolvimento histórico da língua Wayampi*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1984.

JENSEN, Cheryl Joyce S. The use of coreferential and reflexive markers in Tupi-Guarani languages. *Journal of Amazonian Linguistics*. v. I, n. 2. p. 1-49, 1998.

JENSEN, Cheryl Joyce S. Tupí-Guaraní. In: *The Amazonian languages*. DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed). p. 125-163. New York: Cambridge University Press, 1999.

LEITE, Yonne. De homens, árvores e sapos: forma, espaço e tempo em Tapirapé. *Mana*. p. 85-103. 1998.

MAGALHÃES, Marina M. S.; PRAÇA, Walkíria; CRUZ, Aline da. Gradação da omnipredicatividade na família Tupi-Guarani. *Forma y Función*. 32. 2. p. 151-189. 2019. doi: 10.15446/fyf.v32n2.80818

MAGALHÃES, Marina Maria S. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (família Tupí-Guaraní)*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MELLO, Antônio A. S. Evidências fonológicas e lexicais para o sub-agrupamento interno Tupi-Guarani. In: *Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história*. CABRAL, Ana Suely A. C.; RODRIGUES, Aryon D. (org.). 338-342. Belém: EDUFPA, 2002.

MICHAEL, Lev. *Amazonian Languages: linguistic diversity of "Greater Amazonia"*. Chicago: LSA Linguistic Institute, 2015. 62 eslaides.

NICHOLSON, Velda C. *Initiating and non-initiating verbs in Assuriní*. Anápolis: Associação Internacional de Linguística, 1975.

PAYNE, Doris L. 1994. Tupí-Guaraní inverse. In: FOX, Barbara; HOPPER, Paul J. (ed). *Voice: form and function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.

PRAÇA, Walkíria N. *Nomes como predicados na língua Tapirapé*. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

PRAÇA, Walkíria N. *Morfossintaxe da língua Tapirapé*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

PRAÇA, Walkíria N.; MAGALHÃES, Marina M. S.; CRUZ, Aline da. Indicativo II da família Tupí-Guaraní: uma questão de modo? *LIAMES*. 17. 1. 39-58. 2017.

RODRIGUES, Aryon D. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon D. Análise morfológica de um texto Tupí. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. 3. 1. 45-62. 2013 [1952]. doi: <https://doi.org/10.26512/rbla.v3i1.16234>

RODRIGUES, Aryon D. Morfologia do verbo em Tupi. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. 3. 1. 63-86. 2013 [1953]. doi: <https://doi.org/10.26512/rbla.v3i1.16235>

RODRIGUES, Aryon D. Argumento e predicado em Tupinambá. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. 19. 57-66. 2013 [1996]. doi: <https://doi.org/10.26512/rbla.v3i1.16237>

RODRIGUES, Aryon D. Alguns problemas em torno da categoria lexical verbo em línguas Tupí-Guaraní. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. 3. 1. 103-114. 2013 [2001]. doi: <https://doi.org/10.26512/rbla.v3i1.16238>

RODRIGUES, Aryon D. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. 9. 1. 187-195. 2018 [1999]. doi: <https://doi.org/10.26512/rbla.v9i1.19521>

RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suelly A. C. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: *Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história*. CABRAL, Ana Suelly A. C.; RODRIGUES, Aryon D. (org.). 327-337. Belém: EDUFPA. 1. 2002.

SEKI, Lucy. *A forma circunstancial em Kamaiurá*. Comunicação ao XXI Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. São Paulo, 1979.

SEKI, Lucy. *Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SOLANO, Eliete de J. B. *Descrição gramatical da língua Araweté*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

VIEIRA, Marcia Maria D. *O fenômeno da não-configuracionalidade na língua Asurini do Trocará: um problema derivado da projeção dos argumentos verbais*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1993.

VIEIRA, Marcia Maria D.; LEITE, Yonne de F. Observações preliminares sobre a língua Araweté. *Moara. Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras*. 9. 7-31. 1998.